

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

JULIO CESAR GOMES DA COSTA

**EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: PROMOÇÃO DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS**

NITERÓI
2014

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

JULIO CESAR GOMES DA COSTA

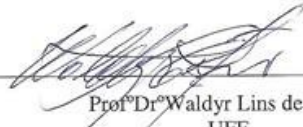
**EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: PROMOÇÃO DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS**

Monografia apresentada ao Curso
Licenciatura em Educação Física da
Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial para obtenção do grau
de Licenciado em Educação Física.


BANCA EXAMINADORA



Prof^{Dr} Rosa Malena de Araújo Carvalho – Orientadora
UFF



Prof^{Dr} Waldyr Lins de Castro
UFF



Prof^{Ms}. Luciana Collier
UFF

Niterói
2014

*Felizes
De uma maneira geral, geral
Estamos vivos
Aqui agora brilhando como um cristal
Somos luzes
Que faíscam no caos
E vozes
Abrindo um grande canal*

*Nós estamos na linha do tiro
Caçando os dias em horas vazias
Vizinhos do cão
Mas sempre rindo e cantando
Nunca em vão*

*Uma doce família
Que tem a mania
De achar alegria
Motivo e razão
Onde dizem que não
Aí que tá a mágica, meu irmão.*

(Auto-Reverse, O Rappa)

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho reflete o resultado de um ciclo de vida na graduação e em momento de vida. Com o apoio de pessoas no meio profissional acadêmico e pessoas importantes em minha vida fora dos muros da universidade, pude ter o incentivo e a força necessária para construir um trabalho que acredito refletir um processo de amadurecimento pessoal e acadêmico, fruto de muitas experiências e oportunidades educativas vivenciadas ao longo do meu processo de escolarização básico até a formação superior. Desse modo agradeço...

À minha família, meu pai Luiz, minha mãe Cristina, meu irmão Henrique e à minha amiga e namorada Raquel Barros, os quais, em minha vida sempre estiveram ao meu lado compartilhando momentos felizes e alegres, como nos maus momentos, sempre acreditando na minha lealdade, amor e potencial. Os considero a fonte de minha força, de inspiração e de motivação de querer buscar sempre mais o meu melhor.

À Professora Dr^a Rosa Malena Carvalho, que desde o início da graduação fez parte do meu processo de formação, investiu em mim uma das coisas mais valiosas do mundo, o conhecimento. Ensinou-me o verdadeiro valor do trabalho docente, sendo um grande exemplo de liderança para mim e todo o grupo, com seu entusiasmo, firmeza, integridade, confiança, ética e estética nos mostrando através de seu trabalho no/do cotidiano o que é ser um Educador comprometido com a mudança.

Aos demais professores da Universidade Federal Fluminense, que em grande parte proporcionaram aulas motivadoras e de qualidade. Contribuindo muito para minha formação profissional e humana.

Aos colegas da Universidade Federal Fluminense, que ao longo da graduação compartilharam comigo momentos de alegrias, adversidade e desafios. Em especial ao meu amigo João Carlos Gonçalves, que sempre esteve comigo me ajudando durante todo esse processo.

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: PROMOÇÃO DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

RESUMO

Aspectos relacionados à promoção da saúde despertam grande interesse, dúvidas e discussões no meio escolar, inclusive na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em grande parte os alunos trazem dúvidas sobre seu corpo, sobre prática corporal e alimentação. E, comumente cabe ao docente de Educação Física tratar estas questões em seu conteúdo dentro do espaço tempo escolar. No entanto, falar de promoção da saúde ainda se torna uma questão complexa, pois envolve diversos outros fatores. O aluno da EJA, jovem ou adulto, que traz preocupações pessoais com o próprio corpo e sua saúde, acaba absorvendo informações equivocadas e imprecisas disseminadas pelo meio sócio cultural em que vive. Outro fator complexo no trato da promoção da saúde é o predomínio de uma visão restrita ao campo biológico da saúde, não considerando outros aspectos multifatoriais que influenciam em seu estado de saúde. Assim, as ações educativas propostas nas aulas, em grande parte acabam focadas na prevenção de doenças. Por isso, ao pensar na Educação de Jovens e Adultos, pretende-se problematizar como a Educação Física vem se desenvolvendo em torno da temática de Promoção da Saúde nessa modalidade de ensino a partir de sua história enquanto disciplina escolar, e com as questões relacionadas ao trabalho docente.

Palavras-chave: Educação Física Escolar, EJA e Promoção da Saúde.

SUMÁRIO

Introdução.....	8
Capítulo 1 - A Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	11
1.1 - A Educação de Jovens e Adultos como educação popular.....	15
Capítulo 2 - Educação Física Escolar: Contexto Histórico e Social.....	19
2.1 - Destaques das Orientações do MEC para a Educação Física Escolar na Educação de Jovens e Adultos	22
Capítulo 3 - Promoção da Saúde: Contexto Histórico e Social	28
Capítulo 4 - Desafios e Possibilidades de Promover a Saúde na EJA.....	33
Considerações Provisórias.....	40
Referências Bibliográficas e Eletrônicas.....	42

INTRODUÇÃO

Ao vivenciar as diversas experiências acadêmicas dentro do Curso de Licenciatura em Educação Física na UFF, fui convidado em agosto de 2012 a substituir o aluno Jônata Nascimento, para assumir a bolsa de iniciação científica (PIBIC-UFF), na qual tinha como objetivo e título da pesquisa “Aproximar a Educação Física Escolar da Educação de Jovens e Adultos”. Ao me envolver na pesquisa, não tinha muito conhecimento científico a respeito do assunto, sendo as minhas concepções baseadas no senso comum. No entanto, ao longo do processo, me envolvendo com a temática através da pesquisa, conhecendo a Educação de Jovens e Adultos, entendendo mais sobre essa modalidade, acabei me interessando e gostando do tema.

No mesmo período cursei a disciplina chamada “Atividade Física e Promoção da Saúde”, cujo conteúdo me despertou grande interesse de estudo, o qual discutia seus conceitos e determinantes. A partir disso, eu e mais dois colegas juntos com a professora regente dessa disciplina, começamos aprofundar estudos relacionados a essa temática, iniciando pesquisas e conseqüentemente participações em alguns eventos acadêmicos.

Por esse motivo, somado ao incentivo do Grupo de Pesquisa ELAC (Educação Física Escolar; Experiências Lúdicas e Artísticas; Corporeidades), coordenado pela minha professora orientadora do projeto de pesquisa com a EJA, a Prof^aDr^a Rosa Malena Carvalho, que sabia de minha pesquisa sobre a promoção da saúde em outro grupo, resolvi dialogar essas duas temáticas em meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Ao dialogar com a bibliografia e as pessoas que vivenciam e/ou realizam pesquisa no/do cotidiano escolar na EJA e/ou na Promoção da Saúde, percebi sua importância no campo acadêmico.

Primeiramente, uma das pesquisas que desenvolvi com o grupo da promoção da saúde, se intitulava “Saúde e Promoção da Saúde: percepções de professores”. Nessa pesquisa o objetivo era verificar o que os professores de educação física que atuavam em diferentes locais de trabalho entendiam por saúde, promoção da saúde e, como eles acreditavam promover saúde em seu ambiente de trabalho. O resultado dessa pesquisa nos mostrou que a maioria dos professores de educação física entrevistados, entende e trabalha com a perspectiva da promoção da saúde restritamente reservada ao campo

biológico, num viés preventivo de doenças, e acreditam promover a saúde de seus alunos, dando informações sobre normas e condutas científicas sobre hábitos saudáveis, e esclarecendo as dúvidas de seus alunos. Ou seja, percebemos que a visão restrita de corpo biológico ainda é uma questão predominante.

Outra questão se justifica na pouca produção de pesquisas por parte dos acadêmicos em Educação Física para a modalidade de ensino da EJA.

Além disso, aspectos relacionados à saúde e a promoção da saúde são temas que despertam grande interesse, dúvidas e discussões no meio escolar, inclusive na Educação de Jovens e Adultos. Os alunos trazem dúvidas sobre seu corpo, sobre prática corporal e alimentação. Os alunos que procuram academias, com o objetivo de ganhar massa muscular, ou perder peso, querem saber sobre gasto calórico, benefícios relacionados à prevenção e tratamento de doenças, crescimento muscular, performance, efeitos do uso de anabolizantes, ou seja, formas e estratégias de alcançar um “corpo belo e saudável” influenciados pelo meio sócio cultural em que fazem parte. E, comumente cabe ao docente de Educação Física tratar estas questões em seu conteúdo dentro do espaço tempo escolar. Portanto, consideramos fundamental a discussão e diálogo das temáticas de EJA e Promoção da Saúde no campo acadêmico da Educação Física.

Em uma visão mais ampliada da saúde que incorpore a concepção de sujeito em sua realidade histórica, cultural e, portanto, social, é necessário considerar aspectos multifatoriais como influentes na condição e qualidade de vida dos sujeitos e superar a concepção restritamente biológica no trato com a promoção da saúde no ambiente escolar. Informações sufocam a população em falsas necessidades de consumo, dicas de perder peso, propostas de exercícios visando mais “qualidade de vida”. Informações pseudocientíficas e imprecisas que, em geral, não inclui ou não considera, os conflitos, as contradições socioculturais que dificulta aos sujeitos de classe econômica e cultural desfavorecidas adotar em seu cotidiano, práticas corporais mais saudáveis que sejam de seu interesse.

Aqui, nesse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) os objetivos foram: verificar como professores de Educação Física atuantes na EJA percebem e organizam suas práticas relativas à promoção da saúde; colaborar com aprimoramento do sentido social, emancipador e a função pública da escola e do projeto pedagógico; contribuir com

fortalecimento e ampliação das possibilidades de trabalho da Educação Física Escolar na Educação de Jovens e Adultos com o tema da Promoção da Saúde; rever cientificamente a importância das questões relacionadas à saúde e promoção da saúde dentro do âmbito escolar; ampliar a noção de saúde e promoção da saúde no âmbito educacional; potencializar a produção de práticas pedagógicas problematizadoras do contexto sócio educacional.

A fim de desenvolver a pesquisa, além da revisão bibliográfica, seriam realizadas atividades de campo baseadas em entrevistas e análise qualitativa da coleta de dados, a qual aconteceria através do Curso de Extensão oferecido pelo Instituto de Educação Física da UFF aos professores que atuam com a EJA, na rede pública de ensino, coordenado pela mesma professora que orienta esse TCC.

Esse processo foi movido pelas seguintes indagações: como os professores de Educação Física atuantes na EJA percebem e organizam suas práticas relativas à promoção da saúde? Qual é a importância da Educação Física na formação dos alunos da EJA? Quais são as maiores dúvidas e preocupações que o aluno da EJA apresenta em relação ao seu corpo e sua saúde nas aulas de Educação Física Escolar? O que os professores que atuam na EJA entendem por saúde e promoção da saúde? Como acreditam promover saúde nas aulas de Educação Física?

CAPÍTULO 1

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Aqui trago a Legislação para a EJA, iniciando pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's - 2000) porque representam um marco na história da EJA no Brasil, por ser a primeira na modalidade, fruto de muita luta e discussão. O processo histórico a qual a população brasileira integra gera mudanças e transformações em alguns setores, na educação não é diferente. Existem esforços dos sistemas públicos para atender a população com o ensino básico. Houve avanços, mas apesar das melhorias, ainda são insuficientes, pois há grande número de jovens que não conseguem terminar o ensino fundamental e médio. Grande parte da população, não consegue iniciar ou terminar o ensino básico, e menos ainda na idade considerada apropriada, pela legislação. Na maioria das vezes abandonam a escola, pela necessidade de ingressar ao mercado de trabalho, ou então por falta de tempo tendo em vista cumprir outras tarefas forçadas que o contexto de vida os impõe.

O país sofre com as condições sociais do passado – adversas -, heranças ruins como o período da escravidão, além do desequilíbrio financeiro no país causado por uma forma de administração que só privilegia a minoria da elite econômica e social. O direito à leitura e à escrita por muito tempo foi restrita a essa minoria da elite social que ocuparia importantes cargos na sociedade, justificando que quem fosse trabalhar com a força braçal não precisaria de formação intelectual. Assim acontecendo uma grande consequência negativa para as gerações populares seguintes, principalmente aqueles que representam as origens étnicas oprimidas ao longo da história como: os negros, indígenas, nordestinos etc. Como aponta Carrano e Costa (2011) “(...) qualquer que seja o indicador, as taxas de desemprego são sempre mais desfavoráveis aos jovens negros, evidenciando a persistência da desigualdade de raça/cor que se combina e se agrava a desigualdade no Brasil” (p. 2). Resultado disso, grande número de pessoas à margem da sociedade.

Para tentar reverter o quadro, ao longo de um processo de lutas e reivindicações por parte daqueles que acreditam na educação como direito, as políticas públicas criam programas de educação pelo país, tentam organizar as etapas escolares, e determinam a média nacional de permanência na escola na etapa obrigatória de oito anos. No entanto, o cotidiano se mostra diferente, a consequência, segundo as Diretrizes Curriculares

Nacionais (BRASIL, 2000) é que a duração média da maioria da população na escola é entre quatro e seis anos.

Reconhecida a partir de 1996, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) como uma das modalidades de educação e ensino, segundo consta no título V dessa lei (BRASIL,2003), a Educação de Jovens e Adultos carecia de diretrizes específicas. No ano de 1998 avanços aconteceram em relação à educação no país, especificamente para a Educação de Jovens e Adultos, a Câmara de Educação Básica aprova as diretrizes propostas pelo Ministério de Educação e do Desporto para o Ensino Fundamental e Médio, na qual a EJA se inseria, um marco importante significandopolíticas oficiais, leis e diretrizes pedagógicas mais claras para a EJA.

A câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) teve aprovados o Parecer CEB nº 4 em 29 de janeiro de 1998 e o Parecer CEB nº 15 de 1º de junho de 1998 e de cujas homologações, pelo Sr. Ministro de Estado da Educação, resultaram também as respectivas Resoluções CEB nº 2 de 15/4 e CEB nº 3 de 23/6, ambas de 1998. O primeiro conjunto versa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e o segundo sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Isto significou que, do ponto de vista da normatização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Câmara de Educação Básica respondia à sua atribuição de deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto (art. 9º parágrafo 1º, c da lei n. 4. 024/61, com a versão dada pela n. 9. 131/95) (BRASIL, 2000, p.1-2)

O Estado, ao estabelecer a EJA enquanto modalidade de ensino reconhece a educação como um direito de todos os cidadãos, sua importância na qualificação dos indivíduos para se inserirem nas ações e decisões que ocorrem na vida em sociedade. Legalmente, entende e reconhece os tempos e espaços escolares e não escolares - espaços de formação e, o indivíduo em eterno desenvolvimento independentemente de sua idade.

As etapas e as prioridades postas em lei faz uso da expressão *idade própria*, como apontado nas DCN's (2000, p. 4) eno artigo 37 da LDB, com intuito de referenciar a melhor organização dos sistemas de ensino em nosso país. A ideia da idade própria tem como finalidade determinar a idade padrão dos alunos para cada etapa do ciclo escolar a fim de criar um referencial padrão que auxilie na sistematização das

etapas escolares, semelhante a outras criações no âmbito escolar, como a nota média (que seria a nota padrão para avaliar se o aluno está preparado para avançar para a série seguinte, dentre outros).

Entretanto, diferente da intenção em que foi criada, a sociedade distorce o sentido do termo idade própria, fazendo seu uso exprimir outro significado. Entendendo que, quem não estudou na idade posta por Lei, está “impedido” de dar continuidade ou iniciar a escolarização, pois seu tempo de estudar já passou, uma vez que sua idade não se encaixa nos referenciais postados pela Lei. Além de provocar nos alunos que não tiveram acesso ao estudo o sentimento de opressão, reforça na sociedade a ideia da marginalização dos não escolarizados. Com isso, os alunos mais velhos ficam distantes dos avanços nos processos educacionais e tecnológicos que o país vem alcançando.

Abaixo, temos como exemplo a sistematização feita pelas diretrizes para melhor organizar o entendimento entre a idade e as etapas geracionais para ilustrar o que havia sido mencionado anteriormente:

Sob a diferenciação legal entre menores para maiores a Lei n. 8.069/90 (ECA) em seu art. 2º considera, para efeitos desta lei, a pessoa até 12 anos incompletos como criança e aquela entre 12 e 18 anos como adolescente. Por esta Lei, a definição de jovem se dá a partir de 18 anos. A mesma lei reconhece a idade de 14 anos como uma faixa etária componente da adolescência. (BRASIL, 2000, p. 4).

(...)O adulto é “o ente humano já inteiramente crescido. O estado de adulto (adultícia) inclui o idoso. (...)” Sobre o idoso, cf. art. 203, I e 229 da Constituição Federal (BRASIL, 2000, p. 8)

Ao estabelecer o perfil dos alunos que constituem o corpo discente da EJA, o Parecer CNE/CEB nº 15/98, têm um perfil a ser considerado cuja caracterização se estende também aos postulantes do ensino fundamental:

(...) são adultos ou jovens adultos, via de regra mais pobres e com vida escolar mais acidentada. Estudantes que aspiram a trabalhar, trabalhadores que precisam estudar, a clientela do ensino médio tende a tornar-se mais heterogênea, tanto etária quanto socioeconomicamente, pela incorporação crescente de jovens adultos originários de grupos sociais, até o presente, sub-representados nessa etapa da escolaridade (BRASIL, 2000, p. 9).

Por essas características, torna-se mais expressivo à instituição escolar, a necessidade de se utilizar outras ações e estratégias pedagógicas no trato com a educação para esse público.

Buscando reconhecer o mérito de cada um no mundo enquanto cidadão, destaco as três funções principais apontadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA, emanadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2000: *função reparadora, equalizadora e permanente/qualificadora*.

A *função reparadora* da EJA significa não só a entrada dos direitos civis pela restauração de um direito negado, mas o reconhecimento do mérito de cada um em nossa sociedade. O conhecimento enquanto patrimônio social importante a ser acessado por todos aqueles que fazem parte da história, as Diretrizes (BRASIL, 2000) destacam que não devemos confundir a noção de reparação com a de suprimento. “A educação escolar pode possibilitar um espaço democrático de conhecimento e de postura tendente a assinalar um projeto de sociedade menos desigual” (BRASIL, 2000, p.8). O que significa pensar que a EJA reconhece a participação dos trabalhadores das camadas populares para o desenvolvimento do país, sua dedicação de tempo e trabalho exercido.

Grande parcela dos alunos trabalha durante o dia e estudam à noite, donas de casa trabalham no lar, muitas vezes em dupla jornada, no lar e fora, e ainda vão para a escola. A *função equalizadora* tem por objetivo oferecer aos alunos um mínimo de estrutura e oportunidades educacionais para sua aprendizagem, visando garantir para esse público o suporte necessário para o acesso à escolarização, buscando adequar o ensino à sua condição de vida.

Entendida a função mais importante da EJA, *função qualificadora*, visa à qualidade de ensino aos alunos da Educação de Jovens e Adultos, incluindo todas as oportunidades educacionais, acesso às atualizações e aos avanços tecnológicos e sociais. Nessa função, a concepção de EJA supera um aspecto piedoso, pois entendemos que nesse processo pode-se construir cidadãos críticos e emancipados para lutarem por seus direitos, sendo importante viabilizar o acesso e permanência à educação, independente da idade - materializando, assim, propostas curriculares includentes, com diferentes sujeitos, saberes, tempos e espaços. Com oportunidades ligadas ao lazer, à expressão livre e criadora, à curiosidade, à vontade de aprender. Defende-se que o direito a

educação deve ser uma realidade para todos os cidadãos, incluindo não apenas as crianças e os adolescentes, mas também os jovens e os adultos, com necessidades especiais ou não (CARVALHO, 2012).

A função qualificadora nos convida a pensar em uma formação permanente para os alunos da educação de jovens e adultos. Entendida pelo aprender por toda a vida, na formação permanente os alunos são “os protagonistas do processo de sua própria formação, onde a participação efetiva e permanente desses alunos pode se dar de forma dialética com o docente, independente da educação formal, assim como a formação permanente dos educadores, uma vez que, este também é jovem ou adulto e se encontra em contínuo processo de aprendizagem” (PAIVA, 2004, p. 31).

1.1 - A Educação de Jovens e Adultos como educação popular

A legislação reconhece a EJA como modalidade da Educação Básica, mas pensar no corpo discente da Educação de Jovens e Adultos é pensar nas classes populares, pois esses alunos têm como marca social a pobreza, uma vida de trabalho duro e luta por melhores condições de vida. Homens e mulheres que por algum motivo forçoso tiveram que abandonar ou nem chegaram a iniciar a escolarização, em sua grande maioria pela necessidade de se engajar no mercado de trabalho. Questões que vão além de suas vontades e decisões individuais e que veem nas instituições escolares novas possibilidades de vida, trabalho e autonomia.

Marcada pela diversidade, a EJA nos convida a ampliar a noção de escola, entendendo que essa diversidade traz desafios e especificidades em seu cotidiano, mas, também um ambiente rico em experiências e conhecimentos a serem compartilhados e aprendidos. Por isso além de reconhecer a EJA como uma modalidade de ensino básico, entende-se a Educação de Jovens e Adultos como a *escola do recomeço*, onde Carrano e Costa (2011) explicam que:

O recomeço escolar na EJA é momento para trocas entre os que ensinam e os que aprendem, sendo que os atores do ensinar e do aprender trocam frequentemente de papéis; são dinâmicos. Sendo o professor aquele que de repente aprende, é possível que o aluno seja também aquele que sabe coisas que precisam ser convocadas a participar do espaço-tempo curricular (op, cit., p. 73)

Mais além, a escola do recomeço tem um papel político importante, não só de ensinar os conteúdos escolares aos alunos, mas também de *desensiná-los*. Desensinar sobre as questões hegemônicas na sociedade, favorecendo a desaprendizagem desses sentimentos dominantes relacionados à culpa e conformidade de não ter sabido formular as respostas corretas que a instituição escolar exigiu em cada momento, uma vez que“(…) a introjeção da lógica do fracasso silencia os vencidos e o direito de dizer, de enunciar sua própria palavra” (ibidem, p. 74). Por isso, é preciso recriar o sentido de estar na escola, proporcionando oportunidades que permitam a emergência da multiplicidade cultural dos alunos nas aulas, e articular práticas educativas com a própria realidade dos alunos (CARRANO e COSTA, 2011).

Jane Paiva (2004) nos chama atenção, ao dizer que na contemporaneidade a Educação de Jovens e Adultos adquire outro sentido. Para a autora este sentido é fruto de outras práticas que se vão fazendo nos espaços que educam nas sociedades: escolas, movimentos sociais, trabalho, práticas cotidianas. Assim desenvolvida, legitima-se por meio de ordenações jurídicas, de acordos firmados e aprovados pelas instâncias de representação que efetivam as normas de ordem social.

O uso político da educação ao longo da história, simbolizado pelo voto do analfabeto, sem o direito de saber ler ou escrever, sugere o modo como a educação vem sendo utilizada para fins eleitoreiros, a serviço de uma determinada ordem instituída, para continuar assegurando privilégios (PAIVA, 2004, p. 29-30)

Para a autora, alfabetizar sem a garantia de ter a plena escolarização é insuficiente para alterar o quadro da desigualdade e da exclusão do direito à educação. Jovens e adultos, quando ingressam na atividade do trabalho, são exigidos, contraditoriamente, da competência para aquilo que lhes foi negado: saber ler e escrever. Se não são trabalhadores, não saber ler e escrever segundo a autora, acaba sendo motivo influente que lhes faz passar de vítimas a culpados. Por isso a mesma defende que educar jovens e adultos:

(…) em última instância, não se restringe a tratar de conteúdos intelectuais, mas implica lidar com valores, com formas de respeitar e reconhecer as diferenças e os iguais. E isso se faz desde o lugar que passa a ocupar nas políticas públicas. De nada adianta impor conteúdos, se não se sabe que eles são bens

produzidos por todos os homens, que a eles têm direito e devem poder usufruí-los. Nenhuma aprendizagem, portanto, pode se fazer destituída do sentido ético, humano e solidário que justifica a condição de seres humanizados, providos de inteligência (PAIVA, 2004, p. 41)

Paulo Freire(1985) auxilia a organizar os elementos curriculares da EJA, com sentido emancipador, através de abordagens de diferentes conteúdos, os quais problematizem práticas naturalizadas ou padrões impostos por uma ideologia de massa, aproximando gerações, resgatando e valorizando as heranças culturais produzidas ao longo da história.

Considerando os processos escolares como experiência humana, dialogada e compartilhada por pessoas, mediadas pelo mundo histórico-social (FREIRE, 2005), o que acontece nas escolas tem estreita relação com a vida cotidiana. Os conhecimentos não são simples informações e habilidades transferíveis, mas plenos de valores, comportamentos, modos de agir e de relacionar com outros seres humanos e situações.

Freire (2001) argumenta que somos seres programados para aprender, condicionados e não determinados. Enquanto condicionados, ao refletir criticamente sobre o próprio condicionamento, podemos ir além dele - o que não seria possível no caso do determinismo. O ser determinado se acha fechado nos limites de sua determinação. Por isso, torna-se relevante o papel dos educadores: apostando na prática educativa, na formação do educando para a decisão, para a libertação, acreditando em sua capacidade crítica. Dialogando com Freire (2001) o autor nos convida a pensar que:

Não há prática educativa como de resto nenhuma prática, que escape a limites. Limites ideológicos, epistemológicos, políticos, econômicos, culturais. (...) Creio que a melhor afirmação para definir o alcance da prática educativa em face a limites a que se submete é a seguinte: não podendo tudo, a prática educativa pode alguma coisa (op. cit., p. 47)

Os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em grande parte traz em seu passado uma produção histórico-cultural rica na oralidade. A cultura popular tem grande participação no bojo histórico cultural, suas raízes enquanto parte rica da história do nosso país. É de acordo que a “ausência da escolarização” não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto ou “vacionado” apenas para tarefas e funções “desqualificadas” nos segmentos de

mercado (BRASIL, 2000), pois esses jovens e adultos também constroem acervo cultural, especialmente marcado na oralidade, como a literatura de cordel, o teatro popular, o cancionero regional, os repentistas, as festas populares, as festas religiosas e os registros de memória das culturas afro-brasileiras e indígena.

Entretanto, o que se verifica na prática escolar, docentes com dificuldades de dialogar os conteúdos de ensino com a realidade sociocultural de seus alunos, reforçando assim um distanciamento entre os saberes da escola com os da vida cotidiana e, fazendo com que os alunos não vejam nos conteúdos escolares relação com a sua vida cotidiana. Por isso, Carvalho (2012) chama a atenção:

Quando alguns destacam a certificação como principal objetivo dos educandos da EJA, fortalece-se a regulação, a educação que apenas *prepara para*. O que também favorece a concepção ainda predominante de conhecimento, na qual as diversas experiências dos sujeitos constituem-se ora em obstáculo daquilo selecionado para ensinar e aprender na escola, ora percebidas em sentido utilitarista, ou seja, como algo menor, que serve apenas de meio para o que de importante a escola selecionou como conhecimento válido (op. cit., p.62)

O que vai ao encontro de Paulo Freire (2013), quando enfatiza a importância de o educador exercer criticamente a capacidade de aprender do aluno, em que chama de “curiosidade epistemológica”. A curiosidade epistemológica para o autor é a curiosidade ingênua, “desarmada”, está associada ao saber do senso comum, quando criticizando-se, aproximando-se de forma cada vez mais metodicamente rigorosa do objeto cognoscível, se torna curiosidade epistemológica. Assim para o autor a curiosidade muda sua qualidade, mas não sua essência.

Alves Jr (2011) ao prefaciar uma publicação nos chama atenção ao afirmar que, para transformar a sociedade, a intervenção dos profissionais da Educação tem um papel a desempenhar e não pode ser feita de forma acrítica. Segundo o mesmo, a principal tarefa do educador comprometido com a mudança é levar o aluno a pensar no homem e na sociedade a qual está inserido. Em uma sociedade exacerbadamente competitiva que só privilegia o homem enquanto produz, estas relações acabam influenciando certos paradigmas na educação, incluindo a Educação Física Escolar. Por tudo isso, se destaca a importância de entendermos a Educação Física Escolar, seus paradigmas, para poder contextualizá-la e intervir de forma crítica na Educação de Jovens e Adultos.

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR - CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL

Ao longo de sua história, a Educação Física ficou estigmatizada enquanto disciplina que prevalece a ginástica e outras práticas corporais que visam à técnica e o desempenho na formação de um sujeito "saudável". A razão pela qual foi entendida assim tem origem nos métodos ginásticos, criados pelo Movimento Ginástico Europeu que trouxeram elementos da instituição militar (organização no espaço, disciplina rígida, obediência à ordem superior etc.), entendidos como elementos importantes e necessários à nova ordem social psicofísica, na medida em que a vida na cidade solicita formas diferentes das da vida no campo - o que explicaremos ao longo deste capítulo. Assim, surge como mais uma forma de intervenção individual na formação de sujeitos sociais, refletindo direta e isoladamente, sobre o corpo de cada um: mais uma prática social reforçando a ideia de que o coletivo é o somatório dos cuidados individuais (CARVALHO, 2012).

Disciplina “responsável” por tratar do corpo e do movimento - o corpo em sua trajetória foi predominantemente entendido e formado por um prisma biológico e o movimento enquanto fenômeno biomotor. Não por acaso, essa forma de ver o corpo e o movimento insere a Educação Física nas escolas brasileiras, com o discurso essencialmente biológico-epidemiológico, colocando-se uma prática “neutra”, capaz de alterar a saúde, os hábitos e a própria vida dos indivíduos, desconsiderando aspectos influentes importantes, como os culturais, ambientais, econômicos e, portanto, os sociais.

Os limites deste trabalho nos levam a apenas situar a percepção que temos predominando sobre corpo, a qual tem sua sustentação com o início do século XVIII: principalmente na Europa, a sociedade vai sendo constituída, sistematizada, racionalizada pelas normas científicas - não mais embasada e justificada pelas leis divinas. O ser humano passa a ser explicado e definido em seus limites biológicos - assim, propaga-se que cabe a cada um, por mérito próprio, competência pessoal, esforço individual, alcançar a melhor posição nesta nova composição social (CARVALHO, 2012, p. 40)

No Brasil, militares e médicos contribuíram na construção e organização dos conhecimentos para esta formação. De acordo com Sousa (2009), Oliveira destaca que a dicotomia prática-teórica em torno da Educação Física já estava presente no século XIX. Os médicos contribuíram com os estudos científicos, ou seja, a teoria, enquanto os militares organizaram a prática segundo alguns manuais de ginástica. Os médicos produziram estudos teóricos na faculdade de medicina a respeito das atividades físicas, enquanto os militares, a partir de tratados que exemplificavam alguns métodos ginásticos, contribuíram com a execução da prática considerada atividade física.

Mesmo seu início no século XIX, esse modelo de Educação Física construído pelos métodos médico-militar exerce forte influência nas tendências pedagógicas até os dias atuais. De acordo com Sousa (2009), é possível falar em um movimento no qual professores de Educação Física lutaram, e ainda lutam, por uma orientação pedagógica durante sua formação profissional.

As primeiras correntes de pensamento mais influentes na Educação Física que se apoiavam em discursos biomédicos, foi a corrente Higienista (1889-1930) e a corrente Militarista (1930-1945). Como preocupações centrais, a primeira corrente visava à higienização dos sujeitos, na qual os governantes acreditavam que a doença era o grande fenômeno social a ser batido e, para isso, acreditavam na necessidade de cada um aprender a se manter livre de sujeiras como formas de poder controlar as [epidemias](#), bem como o valor positivo da boa alimentação, do exercício – o que era maior do que o poder público investir nas condições de salubridade no ambiente da cidade mediante a instalação de [adução](#) e tratamento da água, [esgotos](#), iluminação nas ruas, a fim de atender essa necessidade social. Como aponta Carvalho (2012):

(...) o Rio de Janeiro, no final do século XIX, encontrava-se com epidemia de cólera, varíola e peste bubônica, junto a isso, encontrava-

se grande expansão no número de pessoas nos centros urbanos. Em início de processo de industrialização no país, ocorre aceleração e o crescimento da urbanização e uma consequente nova forma de organização do espaço social e da vida das pessoas, havendo uma necessidade de educar os indivíduos para as questões de saúde pública (op. cit., p.69).

Devido às condições de superlotação dos domicílios urbanos e a pobreza que afetava grande parte da população das cidades, aumentou significativamente as epidemias agravadas pela desnutrição. Os médicos começaram a apontar as condições de vida como causa principal das enfermidades.

Na tendência Militarista, a Educação Física funcionou como uma ferramenta ideológica, colaborando no processo de alienação e controle da sociedade. Usava-se o discurso em nome da pátria para treinos ginásticos visando à seleção natural dos indivíduos fisicamente fortes e excluindo os fracos (OLIVEIRA, 2013). As práticas de ginástica tinham elementos da instituição militar, como a disciplina rígida, obediência à ordem superior, a organização etc.

(...) as particularidades dos métodos ginásticos demonstram que suas finalidades principais são muito semelhantes: o fato de regenerar a raça, promover a saúde (no sentido estritamente biológico), desenvolver a vontade, a coragem, a força são características que tanto servem a instituição militar (servindo e defendendo a pátria), quanto à instituição médica (indivíduos com silhuetas harmônicas e fisiologicamente saudáveis) e, à organização fabril (auxiliando no desenvolvimento do progresso) (CARVALHO, 2012, p.69)

Assim, a Educação Física surge como mais uma forma de intervenção na realidade social, mas se torna restrita na medida em que só considera os limites biológicos do indivíduo e não levam em conta outros aspectos importantes, como os socio-históricos e culturais (CARVALHO, 2012).

No entanto, a partir dos anos 80, surge uma nova forma de encaminhar a Educação Física escolar no cenário nacional, momento em que o movimento de “abertura política”, da ocasião, solicita novas formas de pensar e encaminhar a vida.

Segundo Carvalho (2012), Flávio Pereira, Coletivo de Autores e Wey Moreira fazem parte dos primeiros autores que auxiliaram a caracterizar a Educação Física como uma prática escolar crítica, com intencionalidade pedagógica, cujos conteúdos abordam

e tematizam o conhecimento da área através da concepção denominada cultura corporal. Esta cultura corporal materializa-se através da contextualização (teórica e prática) dos jogos, das ginásticas, da dança, das lutas, da forma esportivizada que estas atividades assumem, assim como pela ludicidade e prazer que o trabalho corporal propicia. Ao dialogar com Soares et al (1992), o paradigma da cultura corporal desenvolve:

(...) uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros que podem ser identificados como forma de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas (op. cit., p. 38).

E, é nessa proposta de Educação Física Escolar como prática escolar crítica que esse trabalho se identifica e partilha, pois entende que por meio de seus conteúdos a disciplina Educação Física favorece a democratização do universo da cultura corporal, através do oferecimento e fortalecimento das práticas esportivas, recreativas e de lazer como produção sócio-histórica. Com isso, o entendimento do corpo como produção social é uma questão emergente, pois amplia o entendimento de corpo, prática corporal e sua inserção na educação, através da educação física.

2.1 - Destaques das Orientações do MEC para a Educação Física Escolar na Educação de Jovens e Adultos

As Orientações Curriculares da Educação Física Escolar para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) (BRASIL, 2002), traz o desenvolvimento de uma proposta que visa ajustar a proposta de ensino aos interesses e possibilidades dos alunos da EJA. Constituindo-se assim, simultaneamente, numa necessidade e num desafio. O conceito de cultura corporal, tratado nesta proposta, é entendido como conhecimentos e representações (produto da sociedade) dinâmicos com a intenção de solucionar as mais variadas necessidades, para os mais diversos fins. Como os militares que, cultuavam a ideia do corpo forte, visando o combate; os industriais, ligados ao aumento da produção; religiosos e ritualísticos, exercidos em festividades, são alguns exemplos. Resignificadas suas intencionalidades, formas de expressão e sistematização, eles constituem a cultura corporal de movimento.

Portanto, segundo essas orientações curriculares, cabe à Educação Física formar o cidadão (neste caso o aluno da EJA) instrumentalizando-o para usufruir de jogos, esportes e as demais manifestações corporais produzidas pela sociedade, localizando-o em cada uma dessas práticas os benefícios humanos e suas possibilidades na organização da disciplina no contexto escolar, visando o benefício do exercício crítico da cidadania para recorrer por melhores condições de vida.

Um ponto de destaque nessa significação atribuída à Educação Física é que o professor ultrapassa a ideia apenas do ensino do gesto motor correto e, busca problematizar, interpretar, relacionar e compreender junto com os alunos as amplas manifestações de sua área de ensino, de tal forma que entendam o significado das práticas corporais. Para isso, as orientações apontam quatro aspectos fundamentais para nortear o trabalho docente na Educação de Jovens e Adultos, são elas: *o princípio da inclusão, da diversidade, os conteúdos e os temas transversais*.

O princípio da inclusão propõe que o professor estimule, incentive, valorize, promova e acolha o estudante. Valorize os alunos, criando propostas onde o aluno seja respeitado considerando suas características, histórias de vida, marcas corporais que o constitui. Ao propor o princípio da inclusão, as orientações tentam superar uma prática muito comum no passado da Educação Física, principalmente nos períodos Higienista e Militarista onde existia de forma enfática a exclusão e a seletividade dos alunos. Onde os alunos gordinhos, os sem habilidade ou os alunos com algum tipo de limitação eram excluídos, enquanto que os alunos com habilidades e potenciais atléticos esportivos eram valorizados. No entanto, as orientações apontam algumas dificuldades para a superação dessa herança excludente por parte dos docentes, pois alega que muitos professores que estão na escola ainda têm muito forte em si, a herança dessas épocas mencionadas anteriormente, devido a sua formação ter sido nesse período.

O princípio da diversidade entende a Educação de Jovens e Adultos enquanto uma modalidade heterogênea, marcada pela diversidade. Em função disso, esse princípio busca valorizar as singularidades dos alunos de EJA, nelas suas múltiplas memórias e experiências dialogando com a ampla produção existente na cultura corporal, portanto também diversa, através de trabalhos com outras áreas do conhecimento, via projetos interdisciplinares, ou até mesmo projetos planejados e

desenvolvidos somente pela própria disciplina Educação Física, aonde a cada novo período se renovaria.

Nesses projetos, as orientações sugerem que sejam desenvolvidos temas emergentes em cada turma, a fim de desvelar junto com os alunos o entendimento crítico da organização política e social que os regem. Um dos exemplos apontados nas orientações possíveis de ser trabalho na EJA é o conteúdo esporte relacionado aos valores presentes na mídia, ou então sua relação com o mundo do trabalho. Aonde poderia ser utilizados junto com os alunos nesse trabalho recursos como os jornais, textos específicos, vídeos ou filmes para consultas e/ou pesquisas mostrando-lhes as contradições e diferenças de classe postas nessa organização social, como por exemplo, os bilhões investidos em eventos esportivos com recursos financeiros públicos onde em sua contradição a grande população não usufrui desses espetáculos, uma vez que os ingressos são caros e, junto a isso relacionar o papel ideológico que a mídia exerce de alienar a sociedade com os valores da classe dominante, fazendo dessa forma os trabalhadores da classe popular não perceberem o quanto são prejudicados.

Quando se trata do que ensinar, as orientações dizem que se deve considerar que muitos conteúdos se inter-relacionam, logo, os objetivos podem ser atingidos por muitas vias do conhecimento. Por isso, as orientações apontam que mais importante do que especificar os conteúdos, é entender as abordagens dos conteúdos através das diferentes naturezas dos conteúdos, são eles: procedimentais, conceituais e atitudinais.

Os conteúdos são apresentados segundo categorias, o conteúdo conceitual está ligado aos fatos, conceitos e princípios “teóricos” relacionados às práticas corporais, o conteúdo procedimental está ligado ao fazer da prática corporal, na ação de jogar, dançar, na realização de torneios, gincanas e apresentações teatrais por parte dos alunos, ou seja, as ações concretas propostas nas aulas e, o conteúdo atitudinal ligado às normas, valores e atitudes dos alunos nas aulas de Educação Física, onde é levada em conta a vontade em participar, de ajudar aos colegas com dificuldade, seu individualismo ou cooperação.

(...) os dois primeiros mantêm uma grande proximidade, na medida em que o objeto central da cultura corporal de movimento gira em torno do fazer, do compreender e do sentir com o corpo (incluem-se também nessas categorias os processos de aprendizagem, organização e avaliação). Os conceitos atitudinais apresentam-se como objeto de ensino e aprendizagem

e apontam para a necessidade de serem vivenciados concretamente no cotidiano escolar, buscando-se minimizar a construção de valores e atitudes por meio do “currículo oculto”. É importante ainda considerar em que medida as normas e valores dos alunos de EJA determinam sua participação nas atividades (op. cit., p. 207)

Segundo essas Orientações Curriculares, o critério de seleção dos conteúdos da Educação Física está relacionado à relevância que essas práticas corporais têm no contexto dos alunos da escola em questão. Onde o caráter do conteúdo deve ser ampliado dentro das suas dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais. Além disso, é importante, sempre que possível, estabelecer vínculos com os temas transversais, atendendo a compreensão dos alunos de si mesmo, do outro e da realidade sociocultural em que vive, pois

Cabe à escola buscar na comunidade pessoas e instituições que dominem conhecimentos relativos a práticas de cultura corporal de movimento e trazê-las para o seu interior. Academias de capoeiras, grupos de balé clássico e moderno, escolas de samba, grupos de danças populares, sindicatos e associações de classe que cultivem práticas esportivas, frequentados pelos próprios alunos, podem estabelecer um diálogo permanente com a instituição escolar. Da mesma forma, o ambiente próximo serve como local onde buscar experiências e informações. Por exemplo, nas escolas situadas em regiões litorâneas, há oportunidades de atividades como caminhadas nas praias, rios e mangues, natação, jogos na areia etc. (op. cit., p. 219)

Os critérios de avaliação para a disciplina de Educação Física na Educação de Jovens e Adultos, ainda segundo essas Orientações Curriculares, tem apontado uma série de equívocos. Equívocos que acaba sendo a avaliação, em muitos casos, um mero cumprimento de uma exigência burocrática. Segundo a mesma, a avaliação ajuda a compreender aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou coletivo. Do ponto de vista do aluno, as orientações apontam que é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades. Para a escola, possibilita reconhecer prioridades e localizar ações educacionais que demandam maior apoio.

O importante quanto à avaliação na Educação Física é que por meio de observações o professor avalia o aluno em todos os momentos da aula, não sendo

preciso conhecer o resultado de uma avaliação formal para realizar uma mudança na sua prática. Além disso, as orientações apontam que os alunos devem ser informados desde o início das aulas sobre por que, como e quando e de que modo estão sendo avaliados, e participar oferecendo sugestões. Inclusive, quando a opção da escola for atribuir um conceito na disciplina de Educação Física, é fundamental que eles tomem ciência de quais serão os critérios adotados.

Portanto a Educação Física deve-se avaliar a dimensão conceitual, procedimental e atitudinal, verificando a capacidade do aluno de expressar-se por diferentes linguagens – corporal, escrita e falada – sobre a sistematização dos conhecimentos relativos à cultura corporal de movimento. (BRASIL, 2002, p. 233)

Uma observação feita pelas orientações curriculares é que, embora essas dimensões apareçam de forma integrada no processo de aprendizagem, a avaliação pode enfatizar uma ou outra categoria. Para isso é preciso diversificar o uso de instrumentos, de acordo com as situações e objetivos do ensino. O problema não está na escolha dos instrumentos, mas na concepção a cerca de sua utilização.

Em casos de projetos disciplinares ou interdisciplinares, além do processo de observação contínua das etapas – que possibilita uma correção do percurso – as orientações curriculares afirmam que é possível avaliar o produto final (como vídeo, jornal, campeonato, evento entre outros) elaborado pelos alunos. Também é mencionado que é importante que os alunos, os outros professores envolvidos – ou seja, todos os membros participantes –, podem colaborar com o processo de avaliação.

Por tudo isso, a EJA, e o conceito que a orienta, não é apenas ficar no processo inicial de alfabetização. A EJA busca formar e incentivar - o leitor de livros e das múltiplas linguagens (visual, corporal, oral) juntamente com as dimensões do trabalho e da cidadania. Nela, adolescentes, jovens, adultos e idosos poderão atualizar conhecimentos, mostrar habilidades, trocar experiências e ter acesso a novas regiões de trabalho e cultura.

Dialogando com o exposto, consideramos que as Orientações do MEC para a Educação Física Escolar na EJA (BRASIL, 2002), busca assumir em sua proposta

educativa um modelo de aula que contribua para a mudança social. Criando possibilidades ao aluno da EJA de ser protagonista em seu processo escolar.

Nessa perspectiva, o modelo de trabalho docente assumido por essa orientação dialoga com o que acreditamos: uma referência que sirva de instrumento de empoderamento¹ dos alunos, que os leve em contramão da realidade desigual em que grande maioria vive. Assim, reconhecemos a bagagem cultural dos alunos como questão importante para aproximar a aprendizagem discente com os conteúdos escolares. Com isso, partilhamos do esforço em dialogar os conteúdos escolares ao contexto de vida dos alunos. Do encaminhamento para contemplar a proposta curricular aos possíveis desafios, dúvidas e interesses sociais dos discentes e, seu esforço em oferecer ao professor que atua com esse público, ferramentas e opções estratégicas para concretizar a proposta em sua realidade escolar.

Além disso, os referenciais das orientações são construídos coletivamente, não se submetendo a decisões de alguns, e deixa espaço para os professores criarem e intervirem da forma como achar melhor dentro de seu espaço de atuação profissional. Sendo o currículo um espaço de negociação entre diferentes sujeitos, a fim de atender uma demanda social em um determinado espaço tempo, é de acordo que esse modelo certamente não dá conta de todas as questões que influenciam os cotidianos escolares brasileiros, mas contribui para fortalecer um modelo de Educação Física Escolar que supere o modelo militarista e/ou higienista, superando a visão de corpo para além de seus determinantes restritamente biológicos, e considerando ao longo de suas orientações o corpo também como produto e produtor sociocultural.

¹Empoderamento é conceito abordado por Valente e Machado (2011).

CAPÍTULO 3

PROMOÇÃO DA SAÚDE - CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL

Falar de saúde e de promoção da saúde ainda é uma questão complexa, envolvendo diversos fatores. Tratar dessa temática na Educação de Jovens e Adultos se torna uma questão importante, pois não só muitos alunos percorrem o caminho de ver a saúde ainda por uma perspectiva estritamente biológica e preventiva em relação a doenças, mas na própria sociedade como um todo, ainda é cultivada a ideia de saúde e promoção da saúde por esse prisma epidemiológico. Por isso é importante entender as transformações ao longo do processo histórico a qual estamos inseridos para nos localizarmos como os avanços a cerca dos debates envolvendo as questões relacionadas à saúde e a promoção da saúde vem se desdobrando ao longo da história.

Aqui, como na abordagem relacionada à Educação Física, olharemos com o ponto de vista da história, o qual vem dizendo que o conceito de saúde vigente esteve por muito tempo associado à ausência de doenças. O corpo era assemelhado a uma

máquina, caracterizado por um conjunto de objetos dotados de certa ordem entre si, na qual qualquer desvio era considerado um problema. O indivíduo saudável era aquele que não apresentava nenhum desvio patológico de padrão pré-estabelecido pelas instituições médicas, e o doente era aquele que continha impedimentos temporários ou permanentes que atrapalhavam o bom funcionamento do organismo. Acreditava-se que tais problemas teriam uma causa única (doutrina da etiologia específica). “Tal concepção levantava ainda a questão da normatização da saúde, na medida em que definia que qualquer desvio ao padrão referencial de funcionamento do organismo era considerado uma patologia e deveria ser corrigido”(COLLIER ET AL, 2012, p. 01).

No entanto, essa forma de ver a saúde sofreu constantes críticas, principalmente no século XX, com os que endossavam uma visão sanitária mais epidemiológica. O caráter plurifatorial da saúde ganha cada vez mais consistência e os discursos reducionistas começam a ser enfraquecidos – e o entendimento de saúde começa a mudar (FARINATTI e FERREIRA, 2006).

Oficialmente, a primeira tentativa global de se estabelecer um conceito abrangente de saúde partiu da Organização Mundial da Saúde (OMS) (FARINATTI e FERREIRA, 2006), cuja definição é amplamente conhecida: “saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas em ausência de doenças ou de enfermidades”. Segundo Farinatti e Ferreira (2006), essa nova definição de saúde teve imediata aceitação por parte dos meios científicos e profissional, e favoreceu a elaboração de conceitos cujo eixo se desloca para o bem-estar dos indivíduos e das comunidades. Assim, a saúde afirmou-se progressivamente como uma noção ligada às preferências e aos projetos de vida individuais e coletivos.

Cresce a aceitação de que os aspectos socioculturais, econômicos e ecológicos investem-se de uma importância tão grande para a saúde quanto os biológicos, e que saúde e doença decorrem das condições de vida como um todo (BOUCHARD ET AL apud FARINATTI e FERREIRA, 2006, p. 68)

Dentre os avanços do movimento da promoção da saúde, a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários em Saúde, realizada em 1978, na cidade de Alma-Ata (ex-URSS) destaca-se como o evento que marca o início do movimento da promoção da saúde. A declaração de Alma-Ata é o texto de maior valor histórico: os

postulados da Saúde para Todos até o Ano 2000, e definiram bases para a elaboração de novas estratégias de saúde pública e para a publicação de documentos posteriores. (FARINATTI e FERREIRA, 2006, p.70).

Os princípios definidos em Alma-Ata vêm, desde então, fornecendo bases éticas, imperativos políticos e orientações técnicas de importância crucial para a comunidade mundial dos profissionais da saúde e do desenvolvimento (op. cit., p.70).

Os princípios aprovados em Alma-Ata foram reafirmados em 1986, pela Ottawa charter, e em 1988 em Riga (ex-URSS), quando foi feito um balanço do movimento sob o título de Alma-Ata ao ano 2000: situação a meio caminho e perspectivas (FARINATTI e FERREIRA, 2006). Comunicadas à 41ª Assembleia Mundial de Saúde, em maio do mesmo ano, nessa reunião reiterou que as ideias da promoção da saúde são “um componente integral e maior da estratégia da OMS para a “Saúde para Todos 2000” e para o domínio da saúde pública”(DOWNIE ET AL apud FARINATTI E FERREIRA, 2006, p. 71). Com isso, Farinatti e Ferreira (2006) apontam que se define um novo campo conceitual: “a promoção da saúde vista como um movimento institucional quanto uma disciplina acadêmica” (op. cit., p.71).

Buscar uma definição única e objetiva sobre a promoção da saúde não é fácil. A Carta de Ottawa (FARINATTI E FERREIRA, 2006), um dos documentos fundadores da promoção da saúde atual, o termo está associado a um conjunto de valores: qualidade de vida, saúde, solidariedade, equidade, democracia, cidadania, desenvolvimento, participação e parceria, entre outros. Farinatti e Ferreira (2006) apontam que Seedhouse e Cribb (1989) sugerem três pontos em comuns que formam o centro das perspectivas que nos ajudam a pensar a promoção da saúde: *o holismo, a equidade e a autonomia*.

O *holismo*, segundo o autor, não se trata de uma teoria, mas de uma abordagem postulando o entendimento que saúde não pode ser separada da compreensão dos indivíduos como um todo: reconhece-se que a saúde tem uma natureza multifatorial (oposta a uma visão funcionalista) fazendo assim considerar aspectos importantes até então não cogitados como: os ambientais, econômicos, culturais, políticos e sociais.

A *equidade* para o autor é uma premissa fundamental das perspectivas contemporâneas de promoção da saúde. Os cuidados de saúde devem atender a toda

população da mesma forma, respondendo sem discriminação às necessidades de realização pessoal dos indivíduos. O ponto-chave desse princípio é que todas as pessoas têm potenciais, e são cidadãos integrantes da mesma sociedade e devem ser atendidos de forma igualitária.

E, a *autonomia*, terceiro pilar das novas abordagens de promoção da saúde destaca como o objetivo principal de suas iniciativas o desenvolvimento permanentemente de indivíduos e comunidades autônomas. É nessa perspectiva que se defini a saúde o estatuto de valor, ultrapassando a condição de noção normativa, como mostra a seguir:

É entendido que o respeito à autonomia implica que os desejos dos indivíduos deveriam constituir o ponto de partida de toda a decisão a respeito da saúde; desejos que nascem das preferências, das atitudes, dos valores em ultima análise (FARINATTI e FERREIRA, 2006, p.73).

Reconhece-se que é difícil identificar onde começa a promoção da saúde e termina sua prevenção, e vice-versa. A diferença entre esses conceitos seria eminentemente de perspectiva. Como mostra abaixo o autor:

Prevenir enfermidades e diminuir seus riscos são ações ligadas a faceta da saúde. A promoção da saúde apareceria definida não em função de estratégias de prevenção de doenças, mas de iniciativas que facilitariam o desenvolvimento de um estado de equilíbrio harmonioso entre as pessoas, seus próximos e seu ambiente. Em outras palavras, a prevenção da saúde seria um conceito relacionado à doença, enquanto a promoção da saúde estaria ligada a aspectos positivos do bem-estar, ainda que os objetivos de ambas as noções muitas vezes se confundam (FARINATTI e FERREIRA, 2006, p.84).

A promoção da saúde, como vem sendo entendida nos últimos 20-25 anos, representa uma estratégia promissora para enfrentar os múltiplos problemas de saúde em que a população humana vive neste final de século (BUSS, 2000). É importante a participação popular no processo de tomada de decisão, indivíduos e coletividades devem ser capazes de realizar escolhas nas decisões que impliquem em sua saúde.

O desenvolvimento de um meio ambiente propício aos comportamentos saudáveis e estímulo a participação e envolvimento das comunidades interessadas no

debate das prioridades de saúde só vai acontecer quando a mesma for capaz de refletir e compreender de forma ampliada sobre os fatores que afetam sua saúde. Nesta perspectiva, as estratégias de promoção da saúde devem ter em mente o aumento do nível de informação e de consciência dos indivíduos e coletividades no sentido a capacitá-los para a tomada de decisões no que concerne à sua saúde, ou seja, a autonomia (FARINATTI e FERREIRA, 2006).

O grande risco deste discurso é a culpabilização da comunidade pelos resultados e a consequente desresponsabilização do poder público. Nessa perspectiva, para compreender melhor, um dos exemplos podem ser as campanhas de “conscientização” sobre os benefícios da prática regular de atividade física, ou das boas condutas de alimentação e/ou lazer, na qual participam alguns profissionais especialistas sobre esses temas e apresentam para a comunidade condutas normativas saudáveis a serem seguidas (COLLIER ET AL, 2013).

O problema desse tipo de ação é como se realiza, quando é superficialmente e restrita, transferindo para os indivíduos todas as “receitas” de como reger sua vida de forma saudável, como se os membros daquela comunidade fossem os únicos responsáveis por suas condições de vida, sem conscientizá-los que existem diversos fatores que influenciam em seus hábitos de vida, fazendo emergir naquela população a ideia de responsabilização individual sobre sua saúde, na qual quem não se cuida é porque não quer, quando na verdade, não tem as condições ideais para tal. Movimento que vem acompanhado da ausência, cada vez mais, da responsabilidade do poder público em contribuir para que essas condições sejam favoráveis à saúde.

Neste sentido é fundamental que as coletividades sejam amplamente informadas e instruídas, de forma crítica, esclarecendo o que é direito da população, mostrando a importância da participação coletiva, seu papel dentro da sociedade assim como o papel do Estado para com a população. Buss (2000) acrescenta que a efetivação das estratégias de promoção da saúde depende da combinação de inúmeras ações, numa perspectiva de responsabilização múltipla: do Estado (políticas públicas saudáveis); da comunidade (reforço da ação comunitária); de indivíduos (desenvolvimento de habilidades pessoais); do sistema de saúde (reorientação do sistema de saúde) e de parcerias intersetoriais.

O paradigma da promoção da saúde tem por base abranger toda a população, não somente os grupos de risco; direcionar as ações para os diversos fatores que influenciam a saúde; envolver uma variedade de estratégias e instituições, como as das áreas de comunicação, educação, legislação, desenvolvimento comunitário e outras; estimular a participação de toda a comunidade na aquisição individual e coletiva de estilos de vida mais saudáveis e; capacitar profissionais da área para tornarem viável a promoção da saúde (COLLIER ET AL, 2013).

Com isso, pode-se perceber que a melhoria dos níveis de saúde e de qualidade de vida da maior parte da população será alcançada para além do desenvolvimento do setor hospitalar. Mais do que isso, são necessárias ações governamentais que objetivem a desmedicalização da saúde², seu entendimento como um tema multifatorial, o envolvimento comunitário na construção das políticas e nas tomadas de decisões e, principalmente, a educação para a saúde como uma importante ferramenta para a conscientização da população.

CAPÍTULO 4

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE PROMOVER A SAÚDE NA EJA

Ouvindo os Professores no Curso de Extensão³, percebi o quanto a Educação Física na Educação de Jovens e Adultos vive constantes desafios em sua cotidianidade. O docente enfrenta diversas dificuldades em seu trabalho nessa modalidade. A grande evasão dos alunos nas aulas de educação física se torna um grande marco. Ir até o pátio convidar os alunos e convencê-los a fazer as aulas de educação física se torna um hábito para muitos professores. Na maioria das vezes, a ausência por parte dos alunos nas aulas se deve ora por uma visão utilitarista de estar na escola, em que não veem nas aulas de

²Farinatti e Ferreira (2006) caracterizam a medicalização como a “invasão de uma quantidade importante de setores da vida cotidiana pelas determinações da medicina” (p. 135), entendimento de que a saúde é área exclusiva da medicina.

³ Curso que acompanhei como Bolsista PIBIC 2012-2013/ 2013-2014 (Pesquisa “Aproximando a Educação Física da EJA”). É oferecido pelo IEF/UFF, coordenado pela Prof^a Dr^a Rosa Malena Carvalho.

educação física uma “serventia prática” em sua vida cotidiana, ou então, alegam o cansaço da rotina de trabalho como motivo principal de não participar das aulas.

Muitas vezes, é nesse momento em que o tema de saúde e promoção da saúde emerge nas aulas de educação física. O docente usa a temática como estratégia pedagógica na busca em agrupar maior participação dos alunos, faz o debate de saúde, com mitos de beleza, alimentação e cuidados corporais, esclarece dúvidas e questionamento trazidos por eles.

No entanto, a experiência no/do cotidiano com os docentes através do Curso de Extensão nos leva a acreditar que muitos docentes ao tratarem dos aspectos relacionados à saúde e à promoção da saúde em suas aulas entendem esses conceitos restritamente dentro do campo biológico, em uma perspectiva normativa com características preventivas de doenças, regidas pela lei da medicina, não mostrando aos alunos o caráter ampliado desse assunto que influem em seus condicionantes de vida. É importante lembrar que a maioria dos alunos de EJA estuda no período noturno e que, de acordo com a LDBEN N.º 9.394/96, a Educação Física é facultativa nesses cursos, auxiliando ainda mais na autoexclusão desses alunos nas aulas:

A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos (Art. 26, parágrafo 3 apud BRASIL, 2002, p. 196).

Os pressupostos dessa lei são questionáveis, porque vinculam a área a um suposto gasto de energia que os alunos, já exaustos pelo trabalho, não teriam condições de suportar no período noturno. Tal conclusão reflete uma concepção já questionada por muitos de Educação Física e de promoção da saúde, em que se baseia exclusivamente na aptidão física do aluno.

Nessa proposta considerada ultrapassada, o objetivo era levar os alunos a bons níveis de condicionamento físico, mensurado por testes variados durante o curso. Essa forma de promover a saúde tem problemas. Isso porque apenas fazer o aluno se exercitar e conseguir atingir marcas pré-estabelecidas em testes motores não significa, obrigatoriamente, que o mesmo tenha incorporado o prazer, o hábito de se exercitar - e que irá levá-lo para além dos muros escolares. Considerando ainda outros fatores, como o tempo teoricamente reservado ao lazer do aluno ser ocupado pelo tempo de

trabalho; se os espaços em torno de sua moradia favorece a prática; se existem condições financeiras de frequentar as academias mais próximas e/ou clubes; dentre outros (FARINATTI e FERREIRA, 2006).

Nesse processo, o movimento da promoção da saúde até então entendido pelos docentes como a preocupação aos aspectos da prevenção de doenças e cuidados corporais não está “errado”, mas o foco nas doenças torna a diferença numa proposta que vise à promoção em vez da prevenção. A prevenção estrutura-se mediante a divulgação de informações científicas e de recomendações normativas de mudanças de hábito. Na prevenção a ênfase se dá aos fatores de risco, práticas clínicas, preventivas e reabilitação. Já a promoção da saúde extrapola essas questões, pois objetiva o fortalecimento da capacitação e individual e coletiva, busca que os alunos compreendam os porquês que influenciam em sua saúde para que daí possa-se criar ações que os levem a alternativas saudáveis, através de conteúdos sociopolíticos, ecológicos e socioculturais.

Por isso, ao pensar nessa diferença, para pensar a Educação Física na EJA, é importante entender que a promoção da saúde lida com valores, os alunos tem que entender que suas opiniões devem ser o ponto de partida para se criar as alternativas ou escolhas que se sintam saudável, diferente da prevenção que só leva em consideração a visão das normas científicas (CARVALHO, 2009).

A promoção da saúde é entendida nesta proposta como um conjunto de ações e estratégias individual e coletiva que favoreçam os aspectos positivos da saúde (aspectos saudáveis). Nessa perspectiva, promover saúde é capacitar os alunos para atuarem na melhoria de sua qualidade de vida e saúde.

O professor ao tratar da promoção da saúde com os alunos da EJA deve conscientizá-los que a promoção está ligada a mudança de comportamentos individuais, mas também nos determinantes gerais de condições de vida, como o saneamento básico, habitação, renda entre outros (BUSS, 2000). Desta forma, deixamos de acreditar na proposta que enfatiza que o modelo do gesto motor é saúde, e começamos a pensar em uma proposta de educação em saúde, abrangendo os diferentes princípios da promoção da saúde (COLLIER ET AL, 2013).

Logo, entende-se que para isso, o professor deve conscientizar aos alunos que para ser possível alcançar a condição de saúde em níveis desejados, essa ação dependeria da combinação de inúmeras ações, numa perspectiva de responsabilização múltipla: do Estado; da comunidade; de indivíduos; do sistema de saúde e de parcerias intersetoriais (BUSS, 2000). Visando nesse processo ampliar seu entendimento para possibilitar a capacitação em criar propostas que contribuam para o avanço de implementações de políticas públicas que vai ao encontro dos interesses da grande população.

Na Educação de Jovens e Adultos, o debate com as diferentes idades dos alunos pode gerar interesses e preocupações distintas nas condutas de sua saúde, uma vez que a correspondência entre idade e etapa escolar não existe. Os alunos com idade a partir de 16 anos pode conviver na mesma sala com indivíduos em idades bem superiores, não sendo possível precisar de um limite máximo de idade escolar – tudo num mesmo grupo.

Segundo as orientações curriculares anteriormente mencionadas, nesse momento da escolaridade, jovens e adultos passam por um processo de busca de identidade e afirmação pessoal, em que a construção da autoimagem e da autoestima desempenha um papel muito importante. Durante essa construção, as experiências corporais adquirem uma dimensão significativa, cercada de dúvidas, conflitos, desejos, expectativas e inseguranças. Quase sempre influenciado por modelos externos, o jovem questiona muito mais a sua autoimagem em relação à beleza, capacidade física, habilidades, limites, competências de expressão e comunicação, interesses etc., do que o adulto.

Para o jovem, esse questionamento pode se resumir na seguinte pergunta: “Como eu sou e como eu desejo ser?”. No adulto, parece haver um afastamento seu em relação à própria imagem corporal, no sentido de acreditar que não há muito o que mudar fisicamente (BRASIL, 2002, p. 217)

Em EJA, é fundamental que os alunos percebam a relação entre idade e prática corporalem geral. As propostas que trabalham o corpo e o movimento com enfoque na saúde são muito bem-aceitas entre alunos jovens e adultos, mas esse tema ganha maior interesse para os mais velhos, sobretudo quando o corpo dá sinais de diminuição da

vitalidade. Discutir e compreender as relações da prática corporal com a saúde e a longevidade pode representar uma porta de entrada para a reflexão sobre a promoção da saúde (BRASIL, 2002).

Como estratégia para aprofundar os conhecimentos, as Orientações Curriculares para a Educação Física na EJA (BRASIL, 2002) afirmam que é preciso desenvolver a argumentação e estimular as habilidades relacionadas à expressão oral. Em função disso, pode-se propor um debate com os alunos divididos em dois grupos: um a favor da prática de atividades físicas regulares, e um contra. O professor atua como mediador do debate, enfatizando para o grupo que, independente das opiniões pessoais sobre o tema, os alunos devem preparar-se para a defesa de suas posições.

Dentro de uma proposta mais contundente de promoção da saúde, visando tratar dos condicionantes gerais, o professor junto aos alunos pode realizar uma pesquisa no bairro, para fazer um levantamento de quais as opções relacionadas à prática de atividade física regular oferecida pelas iniciativas pública e privada. Além disso, podem realizar um levantamento das condições físicas da cidade destinadas à prática regular de exercícios e das melhores regiões e locais. Quais os locais, horários e faixas etárias atendidas em aulas de ginásticas, esportes, lutas, danças e outras.

Após esse levantamento, e junto com as informações obtidas nas etapas anteriores, os alunos passam a ter condições de elaborar uma proposta junto ao docente, e solicitar a direção da escola que encaminhe para a prefeitura local para que os representantes políticos vejam esse documento, onde o mesmo pode constar como foi todo o processo de elaboração do documento e os seus objetivos, que poderia ser as práticas corporais que os alunos-cidadãos daquela escola têm o interesse em participar na localidade.

Outra possibilidade seria fazer um debate com os alunos sobre qual disciplina escolar acham que mais promove sua saúde. Questioná-los quais aspectos têm essa disciplina que os fazem a ver dessa forma. Levantar com eles o que a escola poderia estar ofertando para contribuir nesse movimento da promoção da saúde.

Com relação à sugestão de propostas envolvendo as práticas corporais da Educação Física, relacionando com a promoção da saúde na EJA, como bolsista

PIBIC/CNPQ⁴colaborei no desenvolvimento de material pedagógico com algumas ideias que contribuam na ação pedagógica docente. Por isso, não aprofundarei nessa questão por entender que já contribuí em outro material, mas apresento um breve exemplo das práticas corporais propostas nesse material pedagógico PIBIC/CNPQ a fim de auxiliar as ideias até aqui desenvolvidas, são elas:

- Futebol de botão: inicialmente pode ser uma possibilidade de entender dentro o princípio básico do futebol que é a realização de gols, além do resgate aos brinquedos da infância.
- Vôlei com bolão: para facilitar que todos consigam lançar a bola com maior precisão, o bolão pode ajudar.
- Arremesso de basquete: propor para os alunos experimentarem formas de arremessar a bola na cesta de basquete.
- Totó Humano: os alunos parados como no totó deverão tentar fazer gol, a bola mais leve de leite ou o bolão podem ser mais indicados a fim de evitar acidentes.
- Handebol com o bolão: de forma mais dinâmica e descontraída, pode ser uma estratégia de minimizar a referência esporte espetáculo.
- Arremesso de 02 e 03 pontos no basquete: após praticarem arremessos, o professor sugere que tentem de distâncias mais longas, entre outros.

Importante destacar que o registro das experiências pessoais é muito importante nesse momento da escolarização, pois permite rever as respostas utilizadas naquele momento de vida, em contexto específico, e confrontá-los com o momento atual, quando se solicita uma percepção da aprendizagem que considere as características do grupo.

Farinatti e Ferreira (2006) apontam que o principal problema na proposta de promoção da saúde está em conseguir um modo que, sozinhos, fora da escola, os alunos da EJA formados, espontaneamente adotassem o hábito de praticar atividades saudáveis.

O desafio seria, então, capacitá-los a administrar sua própria aptidão, avaliando-se e resolvendo seus problemas a partir de

4 Resultado de dois anos como Bolsista PIBIC (2012-2013/ 2013-2014) na Pesquisa “Aproximando a Educação Física da EJA”, coordenada pela Prof^aDr^a Rosa Malena Carvalho.

suas necessidades no qual o prazer deveria ser uma constante desde as idades mais tenras. (op. cit., pp. 153-154)

A aptidão não é entendida unicamente como uma esfera físico-motora, é também condição essencial ao envolvimento social, para a realização do indivíduo frente a exigências socialmente determinadas. “Os elementos da aptidão física, então se referem não só ao universo do corpo em si, mas igualmente às possibilidades que terá esse corpo de relacionar-se com outros, na variedade de suas práticas sociais que, enfim, é um direito inegável do sujeito” (FARINATTI e FERREIRA, 2006, p. 154).

O planejamento e a execução de programas visando ao engajamento em práticas corporais (na escola ou fora dela) são assim, uma questão não só de saúde pública – como encarada por alguns - mas de cidadania. É por meio do valor que se dá à prática corporal, construído e internalizado ao longo dos anos escolares, que se permitirá desenvolver com o educando a noção de que essa prática é um direito tão fundamental quanto o acesso à educação, ao saneamento básico ou ao transporte público(FARINATTI e FERREIRA, 2006).

A Educação Física tem a seu favor os elementos da cultura corporal que tende a ser multifatorial, possibilitando uma ação em diferentes campos. Sua multifatorialidade permite pensar o ser humano de forma integral e seu corpo numa relação intrínseca com o ambiente que o cerca(COLLIER ET AL, 2013).Este corpo passa a ser simbólico, e subjetivo, cuja homogeneização é um equívoco. Na medida em que entendemos a saúde também no âmbito multifatorial, modificamos o sentido de direcionar as propostas de promoção da saúde ou mesmo no tratamento dos sujeitos a uma vertente restritamente biológica e, passamos a considerar nessas relações indivíduos históricos sociais.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Ao longo desse trabalho, buscou-se considerar a importância política e social da Educação de Jovens e Adultos, da Educação Física nessa modalidade e, a discussão da promoção da saúde nesse contexto escolar.

Através de um apanhado contextual e análise de alguns documentos pertinentes, buscamos definir que é a EJA enquanto modalidade da Educação Básica e a sua função na sociedade. Embasar a importância dessa modalidade, enquanto movimento político de educação popular, a sua importância para os alunos que buscam o início ou recomeço

escolar e o papel do professor comprometido com a mudança em entender que sua ação docente não pode ser realizada de forma acrítica.

Tentou-se ao longo de seu desdobramento identificar como a concepção de corpo e de saúde baseada em uma perspectiva estritamente biológica, regida pelas leis da medicina, influenciou nos primeiros paradigmas da Educação Física enquanto disciplina escolar e, como essa herança influencia até os dias atuais na forma como alguns docentes tratam pedagogicamente às questões relacionadas à saúde e promoção da saúde nas aulas de Educação Física.

As mudanças na Educação Física, enquanto disciplina escolar, passou a caracterizá-la como uma prática escolar crítica, com intencionalidade pedagógica, cujos conteúdos abordam e tematizam o conhecimento da área, através da concepção denominada *cultura corporal*.

O caráter ampliado da saúde incorporando a concepção de sujeito em sua realidade histórica, cultural e social, considerando os aspectos multifatoriais como influentes na condição e qualidade de vida dos sujeitos.

E, por fim, os apontamentos pertinentes à temática da promoção da saúde em diálogo com as questões do cotidiano escolar da EJA, apresentando algumas propostas possíveis de trabalho que contribuam ao docente de Educação Física tratar seu conteúdo no espaço tempo escolar.

Em relação à coleta de dados que seria realizada através de entrevista formal, com questões específicas com os docentes cursistas de extensão, não foi possível devido ao tempo ter sido insuficiente. No entanto, por fazer parte enquanto aluno pesquisador da temática, nesse curso de extensão, possibilitou compreender e avaliar (de forma menos precisa obviamente), algumas ideias que os docentes trazem consigo sobre saúde e promoção da saúde. O que muito contribuiu ao desenvolvimento desse trabalho.

Em função do que foi mencionado, acredito que as questões iniciais dessa pesquisa não puderam ser respondidas de forma satisfatória uma vez que, em grande parte, só poderiam ser contempladas de forma esperada se tivesse ocorrido o diálogo específico com os docentes sobre o assunto. Mas, consideramos que essa pesquisa possibilitou pensar o que os professores que atuam na EJA entendem por promoção da

saúde, como Professores de Educação Física atuantes na EJA podem organizar suas práticas relativas à promoção da saúde e, nesse processo, a importância da intervenção do professor de Educação Física no trato da promoção da saúde na formação dos alunos da EJA.

Acredito que o trabalho conseguiu alcançar seus objetivos, uma vez que se buscou contextualizar brevemente os avanços da ideia de promoção da saúde e seu caráter ampliado no meio acadêmico, destacar a sua diferença com a prevenção, mesmo que ambas se relacionem. E, propor estratégias de práticas pedagógicas problematizadoras do contexto socioeducacional, através desse tema, especialmente na EJA.

Espera-se que esse trabalho possa contribuir nos avanços educacionais e na discussão no campo acadêmico e, que seja uma iniciativa para trabalhos posteriores.

Enquanto graduando da formação inicial, espero poder desdobrar essa pesquisa na formação continuada, através do mestrado, se for possível. Acredito que todo esse processo contribuiu muito na minha formação acadêmica e humana. Fez-me perceber o quanto complexo é nossa sociedade, o quanto é desigual e, ao mesmo tempo, que é possível mudar, mas que para isso se faz necessário ser ético, ter amor pelo que faz acreditar que não somos determinados, para daí ser possível realizar mudanças significativas em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES JUNIOR, E. Drummond. **Prefácio**. In CARVALHO, Rosa Malena (Org). *Educação Física Escolar na Educação de Jovens e Adultos*. Curitiba: CRV, 2011, p. 9.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº. 11/2000 e Resolução CNE/CEB nº. 01/2000** - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Senado Federal, 2003.

BUSS, P.M. **Promoção da saúde e qualidade de vida**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1), 163-177, 2000.

CARRANO, P. e COSTA, M. B. Da. **Animar Sentidos de Presença de Jovens na “Escola do Recomeço”**. In CARVALHO, Rosa Malena (Org). *Educação Física Escolar na Educação de Jovens e Adultos*. Curitiba: CRV, 2011, p. 71-82.

CARVALHO, Fabio de. **Análise Crítica da Carta Brasileira de Prevenção Integrada na Área da Saúde na Perspectiva da Educação Física Através do Enfoque Radical de Promoção da Saúde**. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 18, n.12, p. 227-236, 2009.

CARVALHO, Rosa Malena. **Corporeidade e Cotidianidade na Formação de Professores**. Niterói: Editora da UFF (EdUFF), 2012.

COLLIER, Luciana ET AL. **Educação Física: Humanização em Saúde Pública**. In: XVIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte/V Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2013, Brasília. Educação Física; Promoção da Saúde; Saúde Coletiva; Humanização, 2013.

_____. **Investigações sobre a Educação Física na Área da Saúde**. In: XII Congresso Espírito-Santense de Educação Física/IV Congresso Sudeste de Ciências do Esporte, 2012, Espírito Santo. Educação Física, Identidades e Campos de Atuação, 2012.

FARINATTI, P.T.V. & FERREIRA, M.S. **Saúde, Promoção da Saúde e Atividade Física: conceitos, princípios e aplicações**, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

FREIRE, Paulo. **Por uma pedagogia da pergunta**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Política e Educação**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 43ª edição, 2005.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 47ª Ed- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

OLIVEIRA, Renan Moraes de. **Educação Física na EJA: Dificuldades e Possibilidades de uma Prática Intergeracional**. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Física. Niterói: UFF, 2013.

PAIVA, Jane. **Educação de Jovens e Adultos: questões atuais em cenários de mudanças**. In OLIVEIRA, I. B. e PAIVA, J. (Org). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SOARES, Carmen ET AL. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 1992.

SOUSA, Jose Carlos de. **História da Educação Física no Brasil e suas Tendências Pedagógicas no Ensino Superior**. Mestrando em Educação, PPGEd/UFPI, 2009.

VALENTE, F. e MACHADO, F. P. **Contextualizando a Inserção da Educação Física na Matriz Curricular do PEJA.** In CARVALHO, Rosa Malena (Org). *Educação Física Escolar na Educação de Jovens e Adultos.* Curitiba: CRV, 2011, p. 21-35.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

BRASIL. **Orientações Curriculares para a Educação Física na EJA.** Brasília: MEC, 2002. http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/segundosegmen-to/vol3_edufisica.pdf (Acesso em 16/06/2014)